

VIII Encontro Nacional de Estudos do Consumo

IV Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo

II Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo

Comida e alimentação na sociedade contemporânea

9,10 e 11 de novembro de 2016

Universidade Federal Fluminense em Niterói/RJ

Aprender a apreender as relações com o mundo do trabalho: uma experiência na economia popular solidária

André Luciano Viana¹

Resumo

Os diversos contextos abarcados na busca de uma profissão digna, toma alcances que ultrapassam as fronteiras do mercado formal, sobretudo na área de alimentação, quando a chamada “comida de rua”, adquire um espaço facilitador de consumo e comercialização. Surge então, a economia popular solidária, como um meio alternativo, que parte de uma ação coletiva e cuja a solidariedade promove mudanças sociais, em meio aos mais diversos embates na busca da autonomia. O estudo foi desenvolvido no ano de 2015, e tinha o objetivo de identificar alternativas de geração de renda para um grupo familiar de trabalhadores da Economia Popular Solidária na cidade de Novo Hamburgo-RS-Brasil, a partir de uma experiência interdisciplinar na formação, produção e comercialização de alimentos e tem sua delimitação nas atividades desenvolvidas pela Incubadora de Economia Solidária Feevale. A fundamentação do estudo pautou-se na corrente teórica a respeito da autogestão e do cooperativismo, como abordado por Karl Max; Friedrich Engels; Eric J. Hobsbawm; também ilustra os meios para a formação do trabalhador, à luz de Boaventura de Sousa Santos; Acacia Zeneida Kuenzer; e sobre a Economia Popular Solidária, apresenta os ensinamentos de Paul Singer; Antonio David Cattani; Genauto Carvalho de França Filho. Na metodologia, foi utilizado o método etnográfico, com observação participante e entrevista para a análise dos dados. Como resultados, após o processo de aprendizagem na incubação, o empreendimento familiar decidiu declinar da proposta de geração de renda por meio da formalização da área de alimentação e retornou à busca de emprego no mercado de trabalho formal e desse modo, contribuiu para demonstrar a diversidade abarcada na subjetividade do mundo do trabalho.

Palavras-chave: Mundo do trabalho; Autogestão; Economia Solidária.

1 – Introdução

Torna-se pouco apropriado, que consigamos discorrer a respeito da Economia Solidária, sem considerar os saberes populares dos empreendimentos, as ações desenvolvidas pelas entidades de apoio e, ao mesmo tempo, o papel dos gestores públicos no atendimento às políticas públicas relacionadas à área. Esse conjunto de ações, propicia a construção de um saber coletivo, que poderá efetivamente contribuir no processo de compreensão das subjetividades do mundo do trabalho.

O objetivo principal do estudo, desenvolvido no ano de 2015, foi construir alternativas de geração de

¹ Doutorando em Diversidade Cultural e Inclusão Social e docente na Universidade Feevale. E-mail: viana-andre@outlook.com

renda para um grupo familiar de trabalhadores da Economia Popular Solidária na cidade de Novo Hamburgo-RS-Brasil, a partir de uma experiência interdisciplinar na formação, produção e comercialização de alimentos.

A importância do trabalho digno, toma alcances que ultrapassam as fronteiras do mercado formal, sobretudo na atualidade brasileira, quando são necessárias novas alternativas para geração de trabalho e renda. Neste processo, os sujeitos ressignificam sua concepção de mercado, de produção e de comercialização, que melhoram suas condições de inserção no mundo de trabalho, de uma forma menos subordinada ao capital e apreendem as contradições que geram dificuldades e formas de enfrentamento e surge aqui, a possibilidade de trabalho na economia popular solidária, como um meio alternativo, que parte de uma ação coletiva e cuja a solidariedade, existente entre homens e mulheres que buscam as significativas mudanças sociais, em meio aos mais diversos embates políticos; também é vista como um meio diferenciado de vivenciar o mundo do trabalho que busca distanciar-se do modelo capitalista habitual de grandes corporações.

Desse modo, por tratar-se de um tema amplo e diverso, optou-se neste estudo delimitar a pesquisa sobre as atividades desenvolvidas pela Incubadora de Economia Solidária Feevale ao promover a incubação, o apoio, a formação e o acompanhamento técnico e de gestão aos empreendimentos de Economia Solidária (EES).

Na metodologia, foi utilizado o método etnográfico, com observação participante e entrevista. O presente estudo está estruturado a partir da introdução, seguida por duas seções: a primeira aborda os conceitos principais sobre a Economia Solidária; a segunda trata a respeito das atividades desenvolvidas pela Incubadora. Posteriormente, são apresentadas as considerações finais e as referências.

2 – As experiências a partir da Economia Popular Solidária

Laville (2009), recorda que os primeiros experimentos no contexto da Economia Solidária iniciam na década de 1980, no período considerado pós-industrial, quando surgem as primeiras experiências de novas formas de trabalho. Já na América Latina, o surgimento da Economia Solidária, segundo França Filho e Laville (2004), é devido aos mesmos fatores originados na Europa, como a crise do desemprego e precarização de postos de trabalho mediante a substituição de firmas capitalistas em crise por cooperativas formadas pelos próprios trabalhadores ameaçados pelo desemprego, as lutas pela criação de novos postos de trabalho mediante a conquista da terra via reforma agrária ou pela organização de pessoas excluídas da produção social e as diversas modalidades de empreendimentos considerados autogestionários.

Viana (2015), afirma que a Economia Solidária apresenta-se como um meio alternativo à geração de trabalho e de renda para uma parte significativa da população brasileira e pode ser considerada como um norteador aos princípios do trabalho coletivo, pois aborda conceitos práticos e vivenciais sobre a produção, a comercialização e a apropriação da autogestão para que, ao mesmo tempo, esteja presente nesta discussão a transversalidade, pois oferece valores e princípios no relacionamento entre os sujeitos envolvidos; valoriza a diversidade cultural; promove a inclusão social e apresenta a importância do consumo consciente e sustentável.

Embora sua constituição de forma mais representativa ocorra na década de 1990, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (2014) afirma que com o surgimento de várias cooperativas e de outros empreendimentos, o espaço de discussão e de articulação nacional começou a ser formado durante as atividades no I Fórum Social Mundial, que aconteceu em 2001, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, evento em que grandes temas foram debatidos: a) a produção de riquezas e a reprodução social; b) o acesso às riquezas e à sustentabilidade; c) a afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos; d) poder político e ética na nova sociedade,

Paul Singer (2008), define a Economia Solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central”. E segundo contempla o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (2015), a “Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem”.

Pode-se considerar que a Economia Solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como uma inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma série de práticas organizadas sob a forma de grupos, associações, clubes de troca, cooperativas, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam diversas atividades que visam à cooperação, a autogestão, a dimensão econômica e também a solidariedade. Considerando essa concepção, a Economia Solidária possui diversas características, segundo Viana (2015), como a cooperação; a autogestão; a dimensão econômica e a solidariedade.

No Brasil, sabe-se que existem muitos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) e juntos proporcionam a geração de trabalho e renda a milhares de pessoas. Nesse sentido, é importante considerar a importância da Economia Solidária no modo de viver de diversos públicos, que, muitas vezes, marginalizados por sua condição social, constitui-se na própria subjetividade do trabalho e do trabalhador.

Nesta construção da Economia Solidária e também do papel de cada um dos atores sociais envolvidos, Viana (2015) ressalta a amplitude em que esse movimento social transita e que desse modo, podemos visualizar que as ações não podem ser construídas individualmente, já que, se desejamos uma Economia Solidária com ações concretas como agentes de mudança, inovadores e, sobretudo transformadoras da sociedade, cabe também aos envolvidos atuarem de modo conjunto na constituição de um senso comum do que se deseja para essa “nova economia”.

Desse modo, por acreditar que fazemos parte de um projeto de extensão que deseja a transformação da sociedade, na seção seguinte, apresenta-se um conjunto de ações desenvolvidas da Incubadora de Economia Solidária Feevale, que atuando como Entidade de Apoio à Economia Solidária, esforçou-se para a construção de uma inovadora configuração do mundo do trabalho junto a um grupo familiar na produção de alimentos.

Segundo Weschenfelder et al (2015), a produção dos alimentos na Economia Solidária, embora realizada em locais com restrições de espaço e de localização, garante a elaboração de alimentos diferenciados e com valor agregado, onde os manipuladores acompanham todo o processo, da seleção da matéria-prima até a comercialização, para isso, os princípios básicos de higiene são atendidos e garantem a elaboração de alimentos de qualidade, contribuindo para a geração de renda das famílias envolvidas.

A partir desta realidade estrutura-se a proposta de assessoria da Incubadora de Economia Solidária Feevale. No município de Novo Hamburgo, desde 2005 a Incubadora buscou trabalhar com produtores individuais dedicados de diversos segmentos, também ligados à produção de alimentos. Por isso, acreditava-se que a necessidade de composição de um grupo multidisciplinar de professores na Incubadora, poderia estudar o tema e vincular-se às características particulares das associações solidárias: a diversidade de desafios e que, por isso, apenas sob o olhar de uma única área de formação não seria possível assessorar de modo adequado os empreendimentos, pois era preciso avaliar o que havia “em torno” desses grupos atendidos e também visualizar as provocações propostas pela vulnerabilidade sob a qual esses trabalhadores e trabalhadoras estavam envolvidos (FEEVALE, 2005).

Um dos grandes objetivos da Incubadora, segundo Viana (2015), foi consolidar empreendimentos econômicos solidários (EES) na perspectiva da geração de trabalho e renda, estimulando a sua inserção em redes de cooperação como alternativa de inclusão social e de emancipação socioeconômica pela melhoria de seus processos de gestão, produção e comercialização. Nesse intuito, o cotidiano da incubadora torna-se desafiador, conforme se destaca na seção seguinte.

Nesse sentido, as incubadoras de Economia Solidária são consideradas incubadoras sociais, por abarcarem a aproximação com o público-alvo e com as cooperativas e associações populares. Mas, além da técnica, se pensarmos sobre o que é uma Incubadora de Economia Solidária, podemos dizer que, assim como o próprio movimento da Economia Solidária, a Incubadora tem uma proposta própria de ser e agir a partir de uma perspectiva multidisciplinar.

Foi possível perceber nas observações um processo, ao mesmo tempo natural e complexo, em relação aos princípios fundamentais de um processo de assessoria técnica e de gestão, o qual se revela na Figura 1.

Figura 1 – Os princípios fundamentais de um processo de assessoria técnica e de gestão



Fonte: Viana (2015)

Conforme apresentado na Figura 1, pode-se dizer que segundo Viana (2015), inicialmente existe a necessidade de atendimento de uma demanda específica, condicionada à geração de renda, de parte de uma população, de uma localidade, sob a necessidade de identificar indícios que levem a solidariedade como norteadora do trabalho, sendo que a produção e a comercialização devem ser fornecidas pelos próprios empreendimentos. Na sequência do trabalho, o papel de uma entidade de apoio, no caso a Incubadora, deve interagir como um local de capacitação e formação que possibilite ao empreendimento condições de apropriação de saberes, além daqueles oriundos de seu próprio núcleo familiar, e de transformá-los em capacitação técnica, melhoria de processos e produtos, mas sem perder a identidade que o caracteriza como produto da economia solidária. Ao mesmo tempo, a dimensão econômica precisa ser considerada e monitorada, pois a criação de mecanismos de controle de compras de insumos, vendas e acompanhamento de um mercado sob qual o empreendimento transita é importante, pois fará com que ele tenha condições de sobreviver por meio de seu trabalho e que esse faça a geração de renda e garanta sua continuidade na Economia Solidária. Por fim, a ideia de autogestão aborda o contexto de que, ao sentir-se preparado para o enfrentamento às demandas, o empreendimento de Economia Solidária desenvolve características que o tornam capaz de manter-se e sobreviver do fruto de seu trabalho.

Neste estudo o grupo familiar era composto pelo empreendimento de Economia Solidária Florêncio e Rosa². De origem humilde, já contemplavam mais de vinte anos de casamento. Ele, ex-industriário, afastado do trabalho por problemas de saúde, vivia de sua pensão recebida pelo governo. Ela, ex-doméstica, cansada de trabalhar em casas de família, procurava uma fonte de renda que pudesse trazer condições para sobrevivência familiar. Ambos, já frequentaram a Incubadora de Economia Solidária e participavam atividade do processo de capacitação e acompanhamento das atividades desenvolvidas, com venda de outros produtos nas “Feiras de economia solidária³”.

Dessa forma, a trajetória da formação ocorreu em etapas, destacadas a seguir:

a) Vivenciar

Torna-se, em verdade importante refletir que o processo de assessoria técnica e de gestão, para que promova a incubação de modo adequado, embora precise de métodos e indicadores, torna-se complexo quando abordamos questões inerentes à relação dos sujeitos com suas necessidades, anseios, qualificações e atividades, muitas vezes desiguais. Por isso, um mapeamento dos passos na construção de um cotidiano de trabalho poderá auxiliar na mensuração dos resultados esperados.

Por meio de uma equipe multidisciplinar de docentes e acadêmicos, foi diagnosticado a necessidade de auxiliar esse grupo familiar na produção de alimentos, segundo as regras da vigilância sanitária. Pois nestes

² Para proteção da identidade do grupo familiar, os nomes reais serão preservados neste artigo.

³ As Feiras de Economia Solidária ocorrem mensalmente no câmpus universitário e são espaços de convivência e comercialização, na qual produtores e consumidores podem vivenciar a experiência do comércio justo, através da venda direta.

aspectos, segundo Cruz e Schneider (2010 apud Weschenfelder et al (2015), a área da alimentação tornou-se muito importante, pois muitas vezes, a formulação de um determinado alimento, considerada como “um segredo de família” é partilhada com um grupo de indivíduos, tornando-se fonte de trabalho e renda da coletividade. Essa forma diferenciada de produção confere ao alimento características peculiares, que vão ao encontro das necessidades dos consumidores, cada vez mais assustados com os diversos casos de contaminação de alimentos produzidos em grande escala.

Por isso, durante os primeiros meses de 2014, foram realizadas visitas aos locais de processamento dos alimentos, acompanhando o processo de produção e aplicando uma lista de verificação (chek-list) adaptada às normas sanitárias a fim de verificar: os tipos de alimentos que são produzidos e a origem das receitas, a infraestrutura existente no local, o grupo de pessoas envolvidas neste trabalho, bem como as condições de higiene do ambiente e dos manipuladores ao longo do processo de produção e armazenamento dos produtos (WESCHENFELDER et al (2015).

b) Experienciar

Posteriormente, foi realizada uma capacitação para a produção de alimentos, em maio de 2014, mais especificamente em enfoque na produção de geleia de frutas, ministrada pela professora responsável na Incubadora, bolsistas do curso de Nutrição e os assessorados. Nesta oficina, foram detalhados os processos de higienização de embalagem e alimentos, a preparação e acondicionamento dos produtos.

Após o período de capacitação, a geleia de frutas começou a ser vendida na Feira de Economia Solidária em junho de 2014 e a Incubadora acompanhou a aceitabilidade do produto e também viabilidade econômica. Por isso identificou-se a necessidade de criação de uma marca e rotulagem do produto para melhorar a comercialização. Enquanto que a equipe de acadêmicos, buscava dados para a elaboração da tabela nutricional para o rótulo, para a criação da marca, buscou-se uma parceria com outro projeto interno da Universidade, a AGEKOM- Agência Experimental de Comunicação Feevale, já no mês de agosto do presente ano, com o objetivo de identificar algumas ideias para marca e rótulos. Após a aprovação da arte, buscou-se parceria com uma gráfica local da cidade, que ofereceu gratuitamente a impressão dos sessenta primeiros rótulos das embalagens.

O lançamento do produto foi na Feira de Economia Solidária de Outubro de 2014, após todas as etapas desenvolvidas junto com o empreendimento. Conforme relato do site institucional da Feevale (2014), o evento ganha destaque com o título em reportagem “Empreendedor lança produto desenvolvido na Incubadora de Economia Solidária da Feevale”.

Foram realizadas várias ações pensando na atividade de lançamento do produto junto ao empreendimento, como a criação de banners, vídeos, divulgação em rádios, conforme exemplo a seguir, nas Figuras 2 e 3:

Figura 2 e 3: Divulgação



Fonte: Feevale (2014)

Um fato que nos faz refletir sobre a terceira etapa do processo, destacada a seguir, começa a manifestar-se a partir deste momento, no dia do lançamento do produto, quando o grupo familiar somente comparece no período da tarde, sendo que a movimentação da Feira de Economia Solidária já estava prevista para o período da manhã e alega estar envolvido com outras atividades pessoais.

c) Aprender

Até mesmo pela característica já relatada da ação, a ideia principal de uma incubadora é promover a interação com o sujeito para a construção de sua autonomia. Na constituição de um trabalho conjunto, em benefício de trabalhadoras e trabalhadores, que buscam na solidariedade uma nova forma de constituição de sua relação com a sociedade por meio de sua força de trabalho, a construção de um planejamento torna-se muitas vezes uma relação delicada.

Ao relato que a Incubadora teve acesso entre outubro e dezembro de 2014, o empreendimento Florêncio e Rosa, constituíram sua própria rotina na compra de insumos, produção e comercialização das geleias promovendo assim, sua autonomia.

Porém, ao iniciar as atividades no ano de 2015, a Incubadora recebeu a visita e o comunicado de que esse mesmo empreendimento, outrora assessorado, havia desistido da proposta de seu pequeno negócio. O motivo, alegado principalmente pela empreendedora Rosa, é a real possibilidade do trabalho de empregada

doméstica, com o ganho de um salário mínimo fixo, e agora, com “a carteira assinada”, sobretudo, pela promulgação da PEC do trabalhador doméstico⁴, promulgada no ano de 2013 no Brasil.

Esta medida, permite que os trabalhadores domésticos tenham os mesmos direitos trabalhistas que qualquer outro trabalhador, como por exemplo, jornada de trabalho regulamentada, indenização em caso de demissão sem justa causa, seguro desemprego, auxílio creche, hora-extra, recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS e adicional noturno, conforme exemplifica-se na Figura 4 (GAZETA DO POVO, 2013).

Figura 4: Novos benefícios da PEC dos empregos domésticos



FONTE: Gazeta do Povo (2013)

Faz-se necessário, portanto, discutir aqui não apenas um monitoramento de entradas e saídas de sujeitos em um Incubadora, mas sim, uma clara percepção em relação à uma proposta de trabalhadora, que, independentemente de sua condição, ainda considera mais importante o trabalho na relação patrão-empregado, permitindo a configuração da venda de sua força de trabalho que a autonomia e a autogestão.

Abordados por Kuenzer (1985), os conceitos sobre concepção do trabalho, são evidentes, pois revelam que em sua concepção geral, o trabalho pode ser concebido como o processo através do qual o homem transforma a natureza, os outros homens e a si mesmo, tendo em vista construir as condições necessárias à sua sobrevivência, não apenas como indivíduo, mas também como humanidade. Ao mesmo tempo, torna-se também a emancipação dos sujeitos, pois possibilita a geração de renda e desse modo, está intimamente ligado

⁴ PEC significa Proposta de Emenda à Constituição e, neste caso, a PEC aprovada, entrou em vigor a partir de 2013, com garantia que os trabalhadores domésticos também tenham direitos trabalhistas. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2012, conhecida como PEC das Domésticas, estende aos empregados domésticos direitos já garantidos pela Constituição aos trabalhadores em geral, foi atualizada em 2015.

ao contexto econômico e à criação de um sentimento de pertencimento ao grupo, à sociedade, em distintos contextos nos quais trabalhadores e trabalhadoras estão inseridos.

Ao ser questionada a respeito da importância que a apropriação da autonomia teve na vida familiar desse grupo, a empreendedora Rosa, reluta em responder, e alega que “é melhor assim...”. E o empreendedor Florêncio, diz que a produção de geleias “não é para ele...” Ou seja, a situação pode ser condicionada que a diversidade está presente em muitas esferas da sociedade, sendo pertinente aos grupos, sejam eles étnicos, raciais, culturais, econômicos ou de gênero, sendo um fator que motiva muitas pesquisas, tendo em vista o fato de ser um fenômeno que tem estudos relativamente recentes, mas que recebem atenção especial de pesquisadores e políticas públicas, em muitos países. Esta mesma diversidade gera as diferenças, que fazem com que existam novas reconfigurações da sociedade, provocando uma heterogeneidade que se evidencia no próprio ambiente cotidiano.

Djours (2013) aborda que com a reorganização do trabalho, em consequência das últimas reformas estruturais, criaram-se condições extremamente dolorosas em relação aos valores do trabalho bem feito, o sentido da responsabilidade e a ética profissional. Assim, relata o autor citado anteriormente, que a obrigação de fazer mal o trabalho, de ter que dá-lo por terminado ou mentir, é uma fonte importantíssima e extremamente frequente de sofrimentos no trabalho: está presente na indústria, nos serviços, na administração.

Esta mesma divisão do trabalho, surge apenas efetivamente, a partir do momento em que se opera uma divisão entre trabalho material e intelectual, pois a “consciência pode supor-se algo mais do que a consciência prática existente, que representa um fato qualquer coisa, sem representar algo real” (MARX; ENGELS, 202, p. 37).

Como um meio de geração de trabalho e renda, a Economia Popular Solidária surge no Brasil por meio dos estudos de Paul Singer, em meados dos anos 1980s, como uma alternativa de inclusão social e geração de renda à população em situação de vulnerabilidade social. Pode-se considerar que as premissas desta concepção de trabalho, apoiam-se na contradição ao sistema capitalista das grandes organizações, que nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, e, neste contexto, são compartilhados por um grupo social com valores comuns, sob os quais não há proprietários que não efetivamente trabalhem ou que não tenham o poder de decisão sobre eles (SINGER, 2002).

A partir de diversos autores que abordam esta temática, pode-se considerar de que existe certo consenso sobre a relação entre os sujeitos que vivenciam os êxitos e os desafios da Economia Solidária, pois consideram que é um caminho construído por um longo – e muitas vezes complexo – processo de formação, de compreensão de mundo e, principalmente, de constituição de um senso de solidariedade entre os membros.

Situa-se como um mecanismo de apropriação dos conhecimentos pelos atores sociais envolvidos (os empreendimentos, as entidades de apoio e os gestores públicos) com o intuito de atingir resultados tangíveis e intangíveis. Outro ponto interessante é a impossibilidade de discorrer a respeito da Economia Solidária, sem

considerar os saberes populares dos empreendimentos, as ações desenvolvidas pelas entidades de apoio e, ao mesmo tempo, o papel dos gestores públicos no atendimento às políticas públicas relacionadas à área.

Já em outro contexto, essa falta do empoderamento do trabalhador, pode ser considerada como um indício da exclusão social, pois ressalta-se que

a exclusão social insere-se no sistema de desigualdade e visa deslocar o debate da desigualdade centrado no conceito de pobreza para os conceitos de capital social, de comunidades ativas, de políticas ativas, atendendo as condições estruturais da exclusão social, procura capacitar os indivíduos para as novas exigências do sistema produtivo (flexibilidade; mobilidade; aprendizagem ao longo da vida, etc.), (SANTOS, 2008, p. 280).

Bauman (2009) cita Robert Castel, em sua obra “A insegurança social: o que é ser protegido (2005), ao referir-se às vantagens da proteção, pois revela que

Castel chega a conclusão análoga quando supõe que a insegurança moderna não deriva da perda da segurança, mas da "nebulosidade (ombre portée) de seu objetivo", num mundo social que "foi organizado em função da contínua e laboriosa busca de proteção e segurança".³ A aguda e crônica experiência da insegurança é um efeito colateral da convicção de que, com as capacidades adequadas e os esforços necessários, é possível obter uma segurança completa. Quando percebemos que não iremos alcançá-la, só conseguimos explicar o fracasso imaginando que ele se deve a um ato mau e premeditado, o que implica a existência de algum delinquente (BAUMAN, 2009, p. 2)

Desse modo, chega-se à conclusão mais verdadeira sobre a concepção de existir de uma Incubadora de Economia Solidária : não existe uma única metodologia que seja capaz de suprir o trabalho de campo, que mesmo essencial no processo de manutenção da práxis do processo de Incubação, muitas vezes, ao analisar a própria realidade do sujeito, os docentes e discentes do projeto de extensão têm a dimensão de sua própria atuação através das visitas técnicas, pois o conhecimento que é gerado a partir da realidade poderá trazer a mensuração do conhecimento necessário para uma formação mais adequada.

Por isso, afirma Viana (2015), que se torna muito importante, após as ações, a mensuração dos resultados tangíveis (geração de renda, qualificação técnica e de processos, entre outros) e intangíveis (desenvolvimento humano, adaptação dos sujeitos, modificação da realidade, entre outros), como um processo contínuo da práxis extensionista. As análises, mensuradas também por meio de questionários do impacto das ações da Incubadora na qualidade de vida dos beneficiados, também são importantes ferramentas para esta reflexão. Pois além do próprio contexto desta situação problematizadora, aparentemente ligado à necessidade de retorno ao trabalho formal por parte desse grupo de trabalhadores, também pode estar amparado à forma dos sujeitos visualizarem seu próprio meio de compreensão de mundo e o próprio fazer de um Incubadora.

Assim, após um breve relato desse processo como uma das experiências vivenciadas na Incubadora, mostra-se, na sequência, as considerações finais deste artigo.

3 – Conclusões

Na construção de um conhecimento coletivo, os sujeitos ressignificam sua concepção de trabalho, de produção e de comercialização, e melhoram suas condições de inserção no mundo de trabalho, de uma forma menos subordinada ao capital. Ao mesmo tempo, apreendem as contradições impostas pelo mesmo capitalismo, que geram dificuldades e formas de enfrentamento, tendo em vista a manutenção de condições

de existência mais dignas, essa dualidade, presente no mundo do trabalho, demonstram a importância da Economia Solidária e dos diversos contextos sob a qual está inserida.

As análises aqui apresentadas, podem permitir verificar as possibilidades de expansão da experiência desenvolvida no âmbito da Incubadora de Economia Solidária Feevale, ao refletir sobre novas formas de acompanhamento das atividades, a fim de facilitar o processo de incubação, para a real construção da autonomia e emancipação dos empreendimentos.

A intenção de apresentar um exemplo do mundo do trabalho, demonstra que a diversidade, as diferenças, a exclusão e a inclusão são conceitos próximos e ao mesmo tempo, capazes de permitir a configuração da sociedade atual, constituindo, neste caso, os dilemas e práticas da Economia Popular Solidária.

Este caso, sob nenhuma proposição, pode ser julgado como certo ou errado, mas sim, caberá principalmente, a intenção de enaltecer o que se chama “mundo do trabalho”, sob óticas que tangenciam, principalmente, a subversão – ou tentativa – de subversão ao capital, mas, principalmente, demonstrar as subjetividades existentes oriundas dessa relação.

Cabe também destacar, que este estudo integra uma pesquisa mais ampla, que tem o intuito de problematizar a temática das relações de trabalho do Brasil na contemporaneidade, e ambiciona contribuir na discussão a respeito dos processos de inclusão e exclusão pelo trabalho e ressalta a diversidade existente em práticas de enfrentamento ao capital e seu impacto nos modos de vida dos sujeitos que buscam a autonomia a partir de perspectivas associativas.

Referências

- Bauman, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009
- Dejours, Christophe. O sofrimento no trabalho. Artigo de Christophe Dejours. mai. 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/520004-o-sofrimento-no-trabalho-artigo-de-christophe-dejours>>. Acesso em: 16 ago. 2014.
- Feevale. Feevale criará incubadora de economia solidária. 2005. Disponível em: <https://aplicweb.feevale.br/site/hotsite/default.asp?intMenu=3&intIdHotSite=44&intIdSecao=2579&intIdConteudo=17919&intIdPai=17919>. Acesso em: 28 Jun 2015.
- _____. 09 Out 2014. Empreendedor lança produto desenvolvido na Incubadora de Economia Solidária da Feevale. Disponível em: <<https://www.feevale.br/acontece/noticias/empreendedor-lanca-produto-desenvolvido-na-incubadora-de-economia-solidaria-da-feevale>>. Acesso em: 15 Maio 2016.
- França Filho, Genauto Carvalho de; Laville, Jean-Louis. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. 1. ed. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2004.
- Gazeta do povo. Entenda o que muda com a PEC das Domésticas. 03 Abr 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/entenda-o-que-muda-com-a-pec-das-domesticas-ea5ov19nsa2bgwvuwq24tkeha>>. Acesso em: 15 Maio 2016.
- Kuenzer, Acacia Zeneida. *Pedagogia da Fábrica*. São Paulo: Cortez. 1985
- Marx, Karl; Engels, Friedrich. *A Ideologia alemã*. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2002.
- Laville, Jean Luis. A economia solidária: Um movimento internacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, Março 2009. p. 7-47. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL_Laville_RCCS_84.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2015.

MTE – Ministério do trabalho. Economia Solidária: histórico. Disponível em: < <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/historico.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

_____. Economia Solidária: histórico. Disponível em: < <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/historico.htm>>. Acesso em: 07 nov. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008.

Singer, Paul. Economia solidária: Entrevista com Paul Singer. Estudos avançados. vol.22 , no.62 São Paulo Jan./Apr. 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020>. Acesso em: 10 fev. 2015.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. S. et al. Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Viana, André Luciano. Economia solidária e o mundo do trabalho: aprender e ensinar. 1. ed. NOVO HAMBURGO: FEEVALE, 2015

Weschenfelder, Simone, et al. A produção de alimentos na economia solidária: uma questão que vai além da legislação. 5º Simpósio de Segurança Alimentar : Alimentação e Saúde. 26 a 29 de Maio de 2015. Bento Gonçalves-RS. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/sbctars-eventos/ssa5>>. Acesso em 15 Maio 2016